



**PAUTA
PARA A 71ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 01 DE JULHO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 37, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Altera a Lei Complementar nº 893, de 2001, que institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

2 - Projeto de lei Complementar nº 38, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Propõe a inclusão do parágrafo único no artigo 19 da Lei nº 1817, de 1978, que estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 1056, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Classifica Manduri como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 1057, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Ibirarema como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 1058, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública o "Centro Azul de Doação e Igualdade", em Mogi das Cruzes.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1035, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Institui o Plano Estadual de Educação.

2 - Projeto de lei nº 1036, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Obriga as secretarias e demais órgãos do Governo do Estado, bem como as autarquias, fundações e todas as entidades que possuam convênio com o Governo Estadual ou dele recebam quaisquer tipos de recursos financeiros, a manter suas edificações prediais de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT, vinculando tal obrigatoriedade ao recebimento de recursos e à realização de convênios.

3 - Projeto de lei nº 1037, de 2015, de autoria do deputado Caio França. Cria subtítulo, nos registros de ocorrência da Polícia Civil do Estado, denominado "Roubo/furto de bicicleta".

4 - Projeto de lei nº 1038, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a dedução das doações efetuadas em ações e serviços de saúde do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

5 - Projeto de lei nº 1039, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Proíbe a comercialização de materiais de pesca de emalhar às pessoas não licenciadas nos termos da legislação federal.

6 - Projeto de lei nº 1040, de 2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Crer Para Viver - ONG", em Suzano.

7 - Projeto de lei nº 1041, de 2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a corporação musical "Lira São José Operário", em Mogi das Cruzes.

8 - Projeto de lei nº 1042, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente de Inclusão Social Ação e Esperança", em Ribeirão Preto.

9 - Projeto de lei nº 1043, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahnão. Dispõe sobre obrigatoriedade da rotulação destinada a informar os consumidores sobre a presença de organismos geneticamente modificados em alimentos comercializados no Estado.

10 - Projeto de lei nº 1044, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica Bauru como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 1045, de 2015, de autoria do deputado Feliciano Filho. Dispõe sobre a proibição de descarte de aves.

12 - Projeto de lei nº 1046, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana Estadual de Conscientização e Incentivo ao Doador de Medula Óssea".

13 - Projeto de lei nº 1047, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bertioga - APAE", naquele Município.

14 - Projeto de lei nº 1048, de 2015, de autoria do deputado Alexandre Pereira. Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Muçulmana - SBM", na Capital.

15 - Projeto de lei nº 1049, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dispõe sobre a obrigatoriedade de autenticação eletrônica nos boletos e documentos de compensação bancária.

16 - Projeto de lei nº 1050, de 2015, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre a criação da Academia Preparatória de Guardas Civis Municipais da Região Metropolitana de Sorocaba.

17 - Projeto de lei nº 1051, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Institui a "Campanha de Conscientização sobre o Zóster".

18 - Projeto de lei nº 1052, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante doação, às prefeituras dos municípios com menos de 50.000 habitantes e às entidades beneficentes, os veículos de sua frota que serão substituídos por novos e aqueles que não mais serão utilizados.

19 - Projeto de lei nº 1053, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a instalação de câmeras de vigilância nas áreas externas dos estabelecimentos bancários, de crédito, financiamento e investimentos e estabelecimentos congêneres.

20 - Projeto de lei nº 1054, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública a "Associação S.O.S. Santa Maria", no Jardim Santa Maria, em Osasco.

21 - Projeto de lei nº 1055, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Considera pessoa com deficiência, para os fins de ingresso na reserva percentual de vagas para o provimento de cargos e empregos públicos, o indivíduo diagnosticado com audição unilateral.

22 - Moção nº 50, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para a Excelentíssima Senhora Presidenta da República a fim de determinar ao Ministério da Fazenda, através da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a adoção de providências que impeçam as seguradoras de automóveis de praticarem preços exorbitantes ao comercializarem apólices de seguros.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1030, de 2015, de autoria do deputado José Américo. Dispõe sobre a gratuidade na expedição da segunda via do Bilhete Ônibus Metropolitano - Bilhete "BOM ESCOLAR"; "BOM COMUM" e "BOM MAIS - VALE TRANSPORTE" quando emitida em razão de roubo, furto, perda ou extravio.

2 - Projeto de lei nº 1031, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahnão. Proíbe vender, ofertar, fornecer ou entregar clorofórmio, éter, anti-respingo de solda sem silicone, solvente de tinta, benzina e fenol aos menores de 18 (dezoito) anos no âmbito do Estado.

3 - Projeto de lei nº 1032, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a obrigatoriedade de aviso em todos os produtos denominados "light" da existência de açúcar na composição.

4 - Projeto de lei nº 1033, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dá a denominação de "Waldemar Thomazine" à Escola Estadual de Ensino Médio Bairro Alto do Castelani, em Capivari.

5 - Projeto de lei nº 1034, de 2015, de autoria do deputado Caio França. Proíbe a comercialização de Anti-respingo de solda sem silicone, benzina, éter, tiner e clorofórmio para menores de 18 (dezoito) anos no âmbito do Estado.

6 - Moção nº 49, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Aplauda os representantes da TV Bandeirantes, notadamente os profissionais do Programa CQC, pelo êxito do programa transmitido em 25 de maio de 2015 e que exibiu imagens de repúdio à intolerância ao ódio ao estrangeiro (xenofobia) e a toda e qualquer forma de violência e desrespeito à dignidade da pessoa humana.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 21, de 2015, de autoria da Mesa. Altera dispositivo da Resolução nº 853, de 2007, que institui, em caráter permanente, na Assembleia Legislativa, o Conselho de Defesa das Prerrogativas Parlamentares.

2 - Projeto de lei nº 1025, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Conchas".

3 - Projeto de lei nº 1026, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a concessão de três minutos para ligação e três torpedos gratuitos em telefone celular no Estado.

4 - Projeto de lei nº 1027, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a criação do "Programa de Banco de Remédios Doados" no Estado.

5 - Projeto de lei nº 1028, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a pena de perdimento dos produtos contrafeitos e pirateados apreendidos nas ações da Polícia Civil e da Secretaria da Fazenda do Estado.

6 - Projeto de lei nº 1029, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre o recolhimento e destinação ambiental correta dos pneus inservíveis existentes no Estado.

7 - Moção nº 48, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2012, que estende às contribuições assemelhadas aos impostos, exceto previdenciárias, limitação ao poder de tributar da União e que amplia a imunidade do setor editorial seja apreciada e aprovada com a máxima brevidade possível.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1020, de 2015, de autoria do deputado Léo Oliveira. Classifica Rifaina como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 1021, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dá a denominação de "Luiz Carlos Munhoz" à Casa da Agricultura de Itatinga.

3 - Projeto de lei nº 1022, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Prevenção, Recuperação e Reintegração Social - Beth Shalon Casa de Paz", em Ibitinga.

4 - Projeto de lei nº 1023, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública o "Clube Recreativo Alto Sumaré", em Tupã.

5 - Projeto de lei nº 1024, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação do Círculo Barbarense de Escritores e Leitores - ACÍBEL", em Santa Bárbara D'Oeste.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 7, de 2015, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Delegado Olim e outros. Dá nova redação ao artigo 140 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a Polícia Civil.